

RECURSO ESPECIAL Nº 1.579.902 - SC (2016/0020195-5)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
RECORRENTE : BANCO SANTANDER BRASIL S/A
ADVOGADOS : REGINA MARIA FACCA - SC003246
RAFAEL PEREIRA RIBEIRO E OUTRO(S) - SC029440
RECORRIDO : KELY CRISTINA MACHADO
ADVOGADO : MEETABEL ANDRADE SILVA - SC015975

EMENTA

CIVIL E CONSUMIDOR. RECURSO ESPECIAL. **RECURSO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO CPC/73.** CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO. JUROS REMUNERATÓRIOS. AUSÊNCIA DE CONTRATO NOS AUTOS. APLICAÇÃO DA TAXA MÉDIA DO MERCADO. PRECEDENTES E APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 530 DO STJ. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

DECISÃO

KELY CRISTINA MACHADO RASKOPF (KELY) ajuizou ação revisional contra BANCO ABN AMRO REAL S/A, incorporado pelo BANCO SANTANDER S/A (SANTANDER), buscando a revisão do contrato de cartão de crédito mantido com a instituição financeira e o expurgo dos encargos cobrados ilegalmente.

A Magistrada de primeiro grau julgou parcialmente procedentes os pedidos para (1) limitar os juros remuneratórios à taxa legal de 12% ao ano; (2) afastar a capitalização de juros, a comissão de permanência e, na inadimplência, a cobrança simultânea de juros de mora de 1% ao mês e multa contratual de 2%; e (3) condenar o SANTANDER a devolver os valores cobrados a maior ou compensá-los com os eventualmente devidos pela autora.

A apelação interposta pelo SANTANDER não foi provida pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC), nos termos da seguinte ementa:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO REVISIONAL. CONTRATO DE UTILIZAÇÃO DE CARTÃO DE CRÉDITO. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. APELO DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. DETERMINAÇÃO PARA JUNTADA, PELO BANCO, DOS PACTOS FIRMADOS. DESCUMPRIMENTO. INCIDÊNCIA DO ART. 359, I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. PRINCÍPIO "PACTA SUNT SERVANDA". RELATIVIZAÇÃO. JUROS REMUNERATÓRIOS. MANTIDA A

LIMITAÇÃO À TAXA LEGAL. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS E COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. AFASTAMENTO. IMPOSSIBILIDADE DE CONSTATAÇÃO DA EFETIVA PACTUAÇÃO NA AVENÇA. REPETIÇÃO DO INDÉBITO. VIABILIDADE NA FORMA SIMPLES. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO (e-STJ, fl. 220).

Inconformado, SANTANDER interpôs recurso especial com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da CF alegando violação dos arts. 51, IV, do CDC e 4º, VI e IX, da Lei nº 4.595/64, ao sustentar que (1) para os contratos não exibidos é possível a cobrança dos juros remuneratórios em patamar superior a 12% ao ano, devendo o acórdão ser reformado para manutenção dos juros aplicados ou, alternativamente, que se utilizada a tabela divulgada mensalmente pelo Banco Central do Brasil; e (2) o STJ, no julgamento do REsp nº 1.208.036/RS, permitiu a fixação da taxa anual de juros consoante a taxa média do mercado, mesmo na hipótese de não ter sido juntada a cópia do contrato e ainda que aplicado os efeitos do art. 359 do CPC/73.

Não foram apresentadas contrarrazões do recurso especial (e-STJ, fl. 265).

É o relatório.

DECIDO.

O inconformismo merece prosperar.

De plano, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são inaplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado Administrativo nº 2, aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9.3.2016:

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

(1) Dos juros remuneratórios.

SANTANDER sustentou que os juros remuneratórios podem ser cobrados em patamar superior a 12% ao ano, mesmo na hipótese de não juntada do contrato bancário.

O TJ/SC a respeito do tema, consignou que os juros remuneratórios devem ser fixados em 12% ao ano, diante da inércia do SANTANDER em promover a juntada do contrato bancário firmado com KELY.

A respeito dos juros remuneratórios, a jurisprudência desta eg. Corte Superior é no sentido de que, na hipótese da ausência de juntada do contrato, na falta de pactuação ou de cláusula que não explicita a cobrança dos juros, deve-se entender como aplicável a taxa média de mercado estabelecida pelo Banco Central, salvo se a taxa pactuada for mais vantajosa para o contratante.

Nesse sentido, os seguintes precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. JUROS REMUNERATÓRIOS. FIXAÇÃO À TAXA MÉDIA DE MERCADO. PRECEDENTES DO STJ. SÚMULA 83/STJ. [...]

1. Em relação aos juros remuneratórios, a jurisprudência desta Casa é no sentido de que, não juntado o contrato ou assente a fixação da taxa no contrato, o juiz deve limitar os juros à média de mercado nas operações da espécie, divulgada pelo Bacen, salvo se a taxa cobrada for mais vantajosa para o cliente (REsp n. 1.080.507/RJ, DJe de 1º/2/2012 e REsp. 1112.879/PR, DJe de 19/5/2010, ambos da relatoria da Ministra Nancy Andrighi).

[...]

(AgInt no AREsp nº 1.165.422/MS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, julgado aos 5/12/2017, DJe de 15/12/2017)

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DUTY TO MITIGATE THE LOSS. INVIABILIDADE NO CASO CONCRETO. JUROS REMUNERATÓRIOS. AUSÊNCIA DE CONTRATO NOS AUTOS. DISTRIBUIÇÃO DINÂMICA DO ÔNUS DA PROVA. TAXA MÉDIA DE MERCADO. RECURSO PROVIDO.

[...]

6. 'Não juntados aos autos os contratos, deve o agravante suportar o ônus da prova, afastando-se as tarifas contratadas e limitando os juros remuneratórios à taxa média de mercado' (AgRg no REsp 1.578.048/PR, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, julgado em 18/08/2016, DJe de 26/08/2016).

7. Recurso especial provido.

(REsp nº 1.201.672/MS, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), Quarta Turma, julgado aos 21/11/2017, DJe de 27/11/2017)

A matéria encontra-se inclusive sumulada (Súmula nº 530 do STJ), nos seguintes termos: *nos contratos bancários, na impossibilidade de comprovar a taxa de juros efetivamente contratada - por ausência de pactuação ou pela falta de juntada do*

Superior Tribunal de Justiça

instrumento aos autos -, aplica-se a taxa média de mercado, divulgada pelo Bacen, praticada nas operações da mesma espécie, salvo se a taxa cobrada for mais vantajosa para o devedor.

Nesse cenário, o acórdão recorrido não decidiu em harmonia com o entendimento jurisprudencial mencionado, merecendo ser reformado para permitir a incidência de juros remuneratórios acima do limite estabelecido na decisão impugnada que o fixou em 12% ao ano, observando-se, contudo, a taxa média de mercado, ressalvada a manutenção da taxa contratada se for mais vantajosa para o consumidor.

Diante disso, **DOU PROVIMENTO** ao recurso especial, com fundamento no art. 932 do NCPC c/c a Súmula nº 568 do STJ, para reformar o acórdão recorrido nos termos acima delimitados.

Mantenho a distribuição dos ônus sucumbenciais, pois o provimento do recurso especial não altera substancialmente o resultado da lide.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de novembro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator